



ASSOCIAÇÃO
DE FUTEBOL
DE CASTELO
BRANCO

PROVAS OFICIAIS FUTEBOL DE FORMAÇÃO

O PRESENTE REGULAMENTO
ENTRA EM VIGOR A PARTIR
DA ÉPOCA 2021/2022

AF CASTELO BRANCO



ÍNDICE

ÍNDICE	2
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	6
Artigo 1.º Norma habilitante	6
Artigo 2.º Objeto	6
Artigo 3.º Disposições prévias	6
Artigo 4.º Integridade e transparência	6
Artigo 5.º Integração de lacunas	7
Artigo 6.º Época desportiva	7
Artigo 7.º Organizador e Promotor	7
Artigo 8.º Denominação das competições	8
Artigo 9.º Qualificação	8
Artigo 10.º Confirmação de participação	8
Artigo 11.º Provas Extraordinárias	8
CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO TÉCNICA	9
Artigo 12.º Formato das competições	9
Artigo 13.º Classificação e formas de desempates	9
Artigo 14.º Calendário da época desportiva	10
Artigo 15.º Ordem dos jogos	10
Artigo 16.º Sorteios	10
Artigo 17.º Marcação e alteração de datas e horas de jogos	11
Artigo 18.º Alteração de recinto desportivo por iniciativa dos clubes	12
Artigo 19.º Adiamento de jogos	12
Artigo 20.º Sobreposição de jogos no mesmo recinto desportivo	13
Artigo 21.º Atraso de início do jogo e interrupções	13
Artigo 22.º Jogos não iniciados ou não concluídos	13
Artigo 23.º Jogos anulados e mandados repetir por motivos de protesto	14
Artigo 24.º Jogos em recintos desportivos interditos por motivos disciplinares	14
Artigo 25.º Seleções Distritais	14
CAPÍTULO III INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	15
Artigo 26.º Requisitos dos recintos desportivos	15



Artigo 27.º Condições de segurança.....	16
Artigo 28.º Requisitos do recinto desportivo e da superfície de jogo.....	17
Artigo 29.º Zonas Técnicas.....	17
Artigo 30.º Acesso e permanência nas zonas técnicas.....	17
Artigo 31.º Acesso aos balneários dos Clubes	19
Artigo 32.º Acesso aos balneários da Equipa de Arbitragem	20
Artigo 33.º Condições de acesso de espetadores	20
Artigo 34.º Acreditação.....	21
Artigo 35.º Suportes Publicitários	21
Artigo 36.º Instalação	21
CAPÍTULO IV JOGOS	22
Artigo 37.º Leis de jogo.....	22
Artigo 38.º Duração dos jogos.....	22
Artigo 39.º Delegados dos clubes.....	22
Artigo 40.º Delegados de jogo AFCB.....	24
Artigo 41.º Diretor de imprensa	24
Artigo 42.º Incompatibilidades dos delegados.....	24
Artigo 43.º Equipa de arbitragem	25
Artigo 44.º Composição das equipas e substituição de jogadores	25
Artigo 45.º Composição dos bancos de suplentes	26
Artigo 46.º Banco suplementar	27
CAPÍTULO V EQUIPAMENTOS	27
Artigo 47.º Requisitos dos equipamentos	27
Artigo 48.º Identificação do capitão	28
Artigo 49.º Numeração	28
Artigo 50.º Emblemas oficiais.....	28
Artigo 51.º Publicidade nos equipamentos	29
Artigo 52.º Bolas	30
CAPÍTULO VI JOGADORES E OUTROS AGENTES DESPORTIVOS	30
Artigo 53.º Inscrição e participação de jogadores.....	30
Artigo 54.º Cedência temporária de jogadores.....	31



Artigo 55.º Deveres dos jogadores	32
Artigo 56.º Deveres dos treinadores e outros agentes desportivos	32
Artigo 57.º Habilitações mínimas dos treinadores	32
CAPÍTULO VII ORGANIZAÇÃO COMERCIAL	33
Artigo 58.º Titulares de direitos e autorizações	33
Artigo 59.º Horários de transmissão televisiva	34
Artigo 60.º Atividade dos órgãos de comunicação social	34
Artigo 61.º Radiodifusão	34
Artigo 62.º Outros meios de comunicação social	34
CAPÍTULO VIII ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA	35
Artigo 63.º Competência	35
Artigo 64.º Fiscalização	35
Artigo 65.º Encargos com deslocações	35
Artigo 66.º Jogos sem organização financeira, jogos repetidos e complementos de jogos	35
Artigo 67.º Receita	35
Artigo 68.º Despesas de organização	36
Artigo 69.º Livre ingresso	36
CAPÍTULO IX PROTESTOS DOS JOGOS	36
Artigo 70.º Competência	36
Artigo 71.º Procedimento	36
CAPÍTULO X CONTENCIOSO	36
Artigo 72.º Ação Disciplinar	36
Artigo 73.º Protestos e Recursos	36
CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	37
Artigo 74.º Disposições transitórias	37
Artigo 75.º Disposições Finais	37
Artigo 76.º Entrada em vigor	38
CAPÍTULO XI ANEXOS	38
REGULAMENTO ESPECÍFICO DE PROVAS FUTEBOL FORMAÇÃO	38
Artigo 77.º Normas primárias	38
Artigo 78.º Torneio de Abertura de Juniores	39



Artigo 79.º Torneio de Encerramento de Juniores.....	39
Artigo 80.º Finalíssimas de Juniores	39
Artigo 81.º Taça Distrital “Luciano D’Almeida”	41
Artigo 82.º Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Juvenis.....	41
Artigo 83.º Taça Distrital AFCB de Juvenis.....	42
Artigo 84.º Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Iniciados	43
Artigo 85.º Taça Distrital AFCB de Iniciados	44
Artigo 86.º Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital Infantis Futebol 9	45
Artigo 87.º Taça Distrital AFCB de Infantis Futebol 9	45
Artigo 88.º Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Infantis Futebol 7	46
Artigo 89.º Taças Pedagógicas de Benjamins Futebol 7	47



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Norma habilitante

1. O presente Regulamento de Provas Oficiais é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 10.º, e nas alíneas a) e c) do número 2 do artigo 41.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas, aprovado do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho.

Artigo 2.º Objeto

2. O presente Regulamento rege a organização das seguintes competições oficiais, organizadas pela Associação Futebol de Castelo Branco:

- a) Torneio de Abertura de Juniores;
- b) Torneio de Encerramento de Juniores;
- c) Finalíssimas de Juniores;
- d) Taça Distrital AFCB de Juniores – Taça AFCB Luciano D’ Almeida;
- e) Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Juvenis;
- f) Taça Distrital AFCB de Juvenis;
- g) Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Iniciados;
- h) Taça Distrital AFCB de Iniciados;
- i) Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Infantis Futebol 9;
- j) Taça Distrital AFCB de Infantis Futebol 9;
- k) Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Infantis Futebol 7;
- l) Taças Pedagógicas Benjamins.

Artigo 3.º Disposições prévias

1. As referências à Associação Futebol Castelo Branco (AFCB) constantes do presente Regulamento que não indiquem o órgão competente para o respetivo efeito pretendido, são consideradas como referentes ao órgão materialmente competente em função dos estatutos e da legislação aplicável.

Artigo 4.º Integridade e transparência

1. As provas do Futebol de Formação são realizadas em observância dos princípios fundamentais da integridade, transparência e ética desportiva, com intuito de fomentar o espírito e a verdade desportiva, tendo todos os participantes nas diferentes provas o dever de promover a confiança e a credibilidade das mesmas, assim como de zelar pelo bom nome e reputação da modalidade;



2. Todos os intervenientes nas provas (jogadores, treinadores, fisioterapeutas / enfermeiros, dirigentes e demais staff de apoio) devem colaborar de forma a exacerbar os valores da integridade e transparência, assim como prevenir comportamentos antidesportivos, designadamente violência física e/ou verbal, dopagem, corrupção, combinação de resultados desportivos (match-fixing), racismo ou qualquer outra forma de adulteração de resultados desportivos ou de discriminação;
3. Nenhuma pessoa pode ser, direta ou indiretamente, dirigente de mais do que um Clube nesta modalidade (Futebol);
4. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se dirigente aquele que exerça poderes de gestão num Clube, incluindo designadamente os membros da direção, gerência ou administração, e aquele que, ainda que sem qualquer título, exerça, por si ou por interposta pessoa, atos próprios daqueles.

Artigo 5.º Integração de lacunas

1. As Competições Distritais de Futebol de Formação regem-se pelas disposições deste Regulamento, sem prejuízo das normas imperativas emanadas pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA), pela Union des Associations Européennes de Football (UEFA), pela Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e pela legislação aplicável;
2. As eventuais lacunas existentes no presente Regulamento são assumidas pela Direção da AFCB e tratadas em momento oportuno segundo as normas dos organismos que tutelam esta atividade.

Artigo 6.º Época desportiva

1. As Competições Distritais de Futebol de Formação realizam-se no período que compõe cada época desportiva oficial, tal como é determinado pela AFCB através de Comunicado Oficial.

Artigo 7.º Organizador e Promotor

1. As Competições Distritais de Futebol de Formação são organizadas pela AFCB, sendo esta titular de todos os direitos inerentes às diversas Competições, sem prejuízo daqueles que neste Regulamento expressamente se consagram como sendo detidos pelos Clubes ou outras Entidades;
2. Cada jogo das Competições é promovido pelo Clube Visitado nos termos definidos no presente Regulamento, com a salvaguarda das disposições relativas aos jogos realizados em recinto desportivo neutro, bem como das disposições de organização financeira dos jogos.



Artigo 8.º Denominação das competições

1. As Competições têm a denominação oficial atribuída no presente Regulamento, podendo ser alterada, no todo ou em parte, no cumprimento de acordos de patrocínio celebrados pela AFCB;
2. Qualquer alteração à denominação da Competição referida no número anterior é divulgada pela AFCB através de Comunicado Oficial;
3. A AFCB e os Clubes participantes na presente competição devem utilizar a denominação oficial da competição em todas as comunicações por si emitidas, independentemente do suporte ou formato utilizado;
4. Em casos devidamente justificados, apenas a AFCB pode dispensar os Clubes da obrigação referida no número anterior;
5. Os Clubes encontram-se obrigados a colaborar com a AFCB no âmbito das obrigações decorrentes dos contratos de patrocínio celebrados por esta relativamente à Competição.

Artigo 9.º Qualificação

1. As provas distritais de Futebol de Formação são disputadas pelos clubes devidamente inscritos no respetivo Boletim de Filiação da AFCB para a época desportiva corrente;
2. A participação em todas as provas da respetiva categoria é obrigatória;
3. A recusa de participação de um Clube numa prova da respetiva categoria corresponde à sua desistência de todas as provas da mesma, sendo aplicada a sanção disciplinar respetiva.

Artigo 10.º Confirmação de participação

1. Os Clubes que tenham obtido desportivamente o direito de competir nas provas distritais de Futebol de Formação devem confirmar a sua participação nos termos definidos no Comunicado Oficial n.º 1 da AFCB;
2. Apenas os Clubes que confirmem a sua participação e cumpram os pressupostos regulamentares exigidos podem competir nas provas distritais;
3. Os Clubes devem indicar o recinto desportivo no qual realizam os jogos das provas oficiais na qualidade de visitados até 3 dias antes da realização do sorteio da Competição;
4. No final do período destinado ao processo de confirmação de participação a AFCB divulga, através de Comunicado Oficial, os Clubes que participam em cada prova na época desportiva corrente.

Artigo 11.º Provas Extraordinárias

1. Para além das provas referidas no Art. 2.º, cuja realização só excecionalmente não se concretizará, pode a Direção da AFCB organizar outras competições que considere



necessárias para assegurar um desenvolvimento competitivo adequado à globalidade dos filiados.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO TÉCNICA

Artigo 12.º Formato das competições

1. As competições são constituídas e estruturadas de acordo com o Regulamento Específico de Provas Futebol Formação, Capítulo XI.

Artigo 13.º Classificação e formas de desempates

1. Com vista a determinar a classificação dos Clubes nas diferentes provas, adota-se a seguinte ponderação pontual:

- a) Vitória - 3 pontos;
- b) Empate - 1 ponto;
- c) Derrota - 0 pontos.

2. A classificação geral dos Clubes que no final das Fases ou Provas disputadas por pontos se encontrarem em igualdade pontual depende, para efeitos de desempate, das seguintes disposições e ordem de preferência:

- a) O maior número de pontos alcançados pelos Clubes empatados nos jogos realizados entre si, na Fase da Prova em causa;
- b) A diferença entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos pelos Clubes empatados nos jogos realizados entre si, na Fase da Prova em causa;
- c) A maior diferença global entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos pelos clubes empatados, na Fase da Prova em causa;
- d) O maior número de vitórias na Fase da Prova em causa;
- e) O maior número de golos marcados na Fase da Prova em causa;
- f) O menor número de golos sofridos na Fase da Prova em causa;

3. Se, após a aplicação sucessiva dos critérios enunciados no número anterior, ainda subsistir uma situação de igualdade, é observado o seguinte:

- a) Tratando-se de apenas dois Clubes em situação de igualdade:
 - i) É realizado um jogo em estádio neutro, a designar pela AFCB;
 - ii) Subsistindo a igualdade no final do tempo regulamentar, o vencedor é apurado através da marcação de pontapés da marca da grande penalidade.

2. Tratando-se de mais de dois Clubes em situação de igualdade:

- b) É realizada uma competição na qual todos os Clubes jogam entre si apenas uma vez, em estádio neutro, a designar pela AFCB;



i) Se, no final desta competição, se mantiver a igualdade, são observados os critérios previstos no número 2 deste mesmo artigo.

ii) Os resultados obtidos em cada jogo consideram-se tacitamente homologados 15 dias após a realização dos mesmos, sem prejuízo do disposto no Regulamento Disciplinar da FPF;

3. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de sanções disciplinares decorrentes dos jogos realizados.

Artigo 14.º Calendário da época desportiva

1. A Direção da AFCB estabelece as datas das Provas Oficiais em função da calendarização dos jogos das Competições Nacionais a realizar durante a época desportiva;

2. O calendário pode ser alterado, mesmo posteriormente à sua publicação, através de Comunicado Oficial, por motivos de interesse da prova, da organização das Seleções Nacionais/ Distritais, ou em casos de força maior;

3. A Direção da AFCB pode ainda alterar jogos calendarizados quando neles intervenha um Clube participante numa prova oficial da FPF na mesma semana da data em causa ou, se deferir requerimento apresentado pelo Clube Visitado ou ambos os clubes intervenientes no jogo, nos termos do artigo 17.º;

4. A AFCB pode alterar a calendarização de modo a que um ou vários jogos se realizem antes da jornada seguinte, se, atendendo às circunstâncias específicas desses jogos, estes forem suscetíveis de afetar a verdade desportiva.

Artigo 15.º Ordem dos jogos

1. A ordem dos jogos é determinada por sorteio realizado pela AFCB;

2. A data, a hora e o local de realização dos jogos são divulgados através de Comunicado Oficial, podendo apenas ser alterados nos casos especialmente previstos neste Regulamento;

3. Os jogos das 2 últimas jornadas das Provas disputadas por pontos devem ser realizados no mesmo dia e à mesma hora por todos os Clubes participantes;

4. A AFCB pode, nas 2 últimas jornadas, determinar a realização de jogos em dias e horas diferentes dos habituais mediante requerimento apresentado por um Clube, desde que com o acordo de todos os Clubes restantes que participem na Série da Fase da Prova em causa.

Artigo 16.º Sorteios

1. Os sorteios do Futebol de Formação são realizados na sede da AFCB ou em local designado por esta, sempre que possível até 10 dias antes da data designada para o primeiro jogo, sendo estes divulgados em Comunicado Oficial;



2. Aos sorteios podem assistir os representantes dos Clubes Filiados na AFCB, assim como os funcionários e membros dos órgãos sociais desta Associação;
3. É permitido aos órgãos de comunicação social devidamente credenciados assistir aos sorteios.

Artigo 17.º Marcação e alteração de datas e horas de jogos

1. O dia e a hora dos jogos são marcados pela AFCB;
2. O Clube Visitado pode efetuar um pedido de alteração da marcação da data e hora de jogo;
3. Para que o pedido de alteração de marcação de jogo referido no número anterior seja deferido, é necessário que:
 - a) Dê entrada nos serviços competentes da AFCB com o mínimo de 12 dias de antecedência relativamente à data que se encontre inicialmente calendarizada para o jogo a alterar;
 - b) Seja recebida na AFCB, dentro do mesmo prazo estipulado, a declaração de acordo do Clube visitante.
4. A marcação dos jogos terá de respeitar os seguintes horários:
 - a) Os jogos de Juniores realizam-se aos sábados às 15h00;
 - b) Os jogos de Juvenis realizam-se aos domingos às 10h30;
 - c) Os jogos de Iniciados realizam-se aos sábados às 10h30;
 - d) Os jogos de Futebol 9 realizam-se aos domingos às 10h30;
 - e) Os jogos de Futebol 7 realizam-se aos sábados às 15h00;
 - f) Os jogos das Taças Pedagógicas – Benjamins A realizam-se aos sábados às 10h30
 - g) Os jogos das Taças Pedagógicas – Benjamins B realizam-se aos sábados às 10e30h;
 - h) Feriados, entre as 09h00 e as 17h00;

Por necessidade de marcação de jogos ou qualquer outro motivo, pode a AFCB marcar jogos para dias úteis da semana;
4. A antecipação ou adiamento do jogo de um domingo para um sábado ou de um sábado para um domingo só será aceite pela AFCB em casos excecionais devidamente justificados;
5. O não cumprimento do prazo estabelecido no número 3 implica que haja autorização expressa da AFCB e obriga ao pagamento de uma taxa fixada no Comunicado Oficial n.º1;
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a AFCB pode sempre alterar a data e a hora de um jogo por motivos de transmissão do mesmo;



7. A AFCB pode, ainda, autorizar a inversão de um jogo da primeira para a segunda volta e o inverso.

Artigo 18.º Alteração de recinto desportivo por iniciativa dos clubes

1. Salvo nos casos de interdição de campo por motivos disciplinares, é facultado ao Clube que comprove a impossibilidade de utilizar o seu recinto desportivo, ou cuja superfície de jogo não ofereça condições para a realização do jogo, o direito de jogar no recinto de outro Clube, situado na área da sua Associação Distrital, mediante prévia autorização da AFCB;

2. O pedido de alteração de recinto desportivo deve dar entrada na AFCB com um mínimo de 5 dias úteis de antecedência em relação à data de realização de um eventual jogo, e ser instruído com o parecer favorável da Associação sobre o pedido e os fundamentos alegados;

3. O não cumprimento do prazo estabelecido no número anterior depende de autorização expressa da AFCB e obriga ao pagamento de uma taxa fixada no Comunicado Oficial nº1;

4. O Clube requerente é obrigado a informar o Clube Visitante da mudança de recinto juntando o respetivo comprovativo ao pedido de alteração.

Artigo 19.º Adiamento de jogos

1. A calendarização das Competições Oficiais de Futebol de Formação não pode ser alterada pelos Clubes por motivos de realização de jogos não oficiais;

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os Clubes que tenham 1 ou mais jogadores convocados para Seleções Distritais da respetiva categoria etária podem requerer o adiamento dos jogos, seguindo o procedimento definido para tal, nos quais esses jogadores não possam ser utilizados;

3. A AFCB informará os Clubes da nova data e hora do jogo com uma antecedência mínima de 48 horas relativamente à mesma através das formas de comunicação previstas para cada época desportiva através do Comunicado Oficial nº 1;

4. Quando existir um adiamento de jogo, os jogos adiados deverão realizar-se nas duas semanas seguintes à data inicialmente fixada para o jogo em causa, e sempre antes do início da segunda volta (nas Fases/ Provas a duas voltas), ou antes do início da terceira volta (nas Fases/ Provas a quatro voltas);

5. A AFCB informa os Clubes da nova data e hora do jogo com uma antecedência mínima de 48 horas relativamente à mesma através das formas de comunicação previstas para cada época desportiva através do Comunicado Oficial nº 1.



Artigo 20.º Sobreposição de jogos no mesmo recinto desportivo

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, sempre que coincidam no mesmo recinto desportivo jogos de duas ou mais equipas de um Clube a jogar na qualidade de Visitado, sem que tenham sido indicados outros recintos desportivos para a sua realização, deve o Clube Visitado indicar com antecedência de mínima de 72h o jogo da competição que será objeto de alteração;
2. Se coincidirem no mesmo recinto desportivo jogos de duas ou mais equipas de um Clube a jogar na qualidade de Visitado, e os mesmos tenham sido calendarizados para um Sábado, Domingo ou Feriado das últimas duas jornadas, compete ao Clube Visitado a indicação de recintos desportivos diferentes para ambos os jogos com antecedência mínima de 72h, observando-se os requisitos regulamentares sobre instalações desportivas, sem possibilidade de alteração da data e hora para a sua realização.

Artigo 21.º Atraso de início do jogo e interrupções

1. São aplicáveis aos atrasos de início e reinício de jogo, assim como às interrupções, os critérios dispostos no presente artigo, sem prejuízo do que se encontra previsto no Regulamento de Normas e Instruções para Árbitros;
2. Nos casos em que se verificar o atraso de um Clube para iniciar/reiniciar um jogo por causa que não lhe seja imputável, se o árbitro estiver devidamente informado do sucedido, e estiverem reunidas todas as condições para a realização do jogo, deve aguardar o tempo que entender razoável, de acordo com as circunstâncias em causa, atendendo ao interesse de realização do jogo;
3. Em qualquer outro caso, ou ainda quando houver uma interrupção do jogo devido a um motivo de força maior, o árbitro deve aguardar 30 minutos para deliberar acerca da realização ou não do jogo em causa.

Artigo 22.º Jogos não iniciados ou não concluídos

1. Quando, por qualquer razão, não puder iniciar-se ou concluir-se um jogo, este iniciar-se-á ou reiniciar-se-á no mesmo recinto desportivo, até 24 horas depois, exceto se:
 - a) Existir acordo expresso pelos Clubes no relatório de jogo, com definição de data, hora e local, a validar posteriormente pela AFCB;
2. Quando a realização de um jogo dependa da existência de iluminação artificial e este não se possa iniciar ou concluir por falta de energia elétrica que permita a normal iluminação do campo, realiza-se nas condições expressas no número 1 deste artigo;
3. Nos jogos não iniciados e ou não concluídos nos termos deste artigo, o tempo de jogo em falta completa-se com os mesmos jogadores que constavam da ficha técnica, independentemente de terem sido sancionados disciplinarmente em jogo ocorrido posteriormente, bem como com o mesmo resultado que se verificava no momento da interrupção;



4. Nos casos de conclusão do jogo, quando este tenha sido dado como não concluído, os jogadores apenas podem ser substituídos por motivo de lesão mediante a apresentação de documento comprovativo da sua incapacidade junto da AFCB pelo Departamento Clínico do respetivo Clube, ou caso o jogador tenha, entretanto, sido cedido ou transferido para outro clube.

5. Nos jogos não iniciados ou não concluídos nos termos deste artigo, têm acesso ao estádio onde se completará o tempo de jogo todos os portadores de bilhete do jogo inicial, sendo as despesas a realizar consideradas encargos da organização, designadamente, o acréscimo de despesas que o Clube Visitante tenha de suportar, até ao limite previsto no Comunicado Oficial N.º 1;

6. O valor das despesas do Clube Visitante que ultrapasse aquele que se encontra definido no Comunicado Oficial N.º 1, é por si suportado;

7. Os requisitos de segurança definidos para o jogo inicial devem manter-se no reinício do mesmo.

Artigo 23.º Jogos anulados e mandados repetir por motivos de protesto

1. Os jogos anulados e mandados repetir por motivos de protesto julgado procedente, são disputados nos recintos desportivos onde se efetuaram da primeira vez, salvo se estes não cumprirem os requisitos regulamentares e não for possível regularizá-los em tempo oportuno, ou se, por motivo de força maior devidamente comprovado, não for possível utilizar esse recinto;

2. Verificando-se o disposto na parte final do número anterior, a AFCB marcará um recinto desportivo que se considere neutro;

Artigo 24.º Jogos em recintos desportivos interditos por motivos disciplinares

1. Os jogos dos Clubes cujos recintos desportivos se encontrem interditados por motivos disciplinares efetuam-se em recintos neutros, indicados pelos Clubes e necessariamente aprovados pela AFCB.

Artigo 25.º Seleções Distritais

1. Sempre que se realizem Torneios ou Jogos em que participem as Seleções Distritais, as provas da AF Castelo Branco não terão de ser interrompidas, nem os jogadores convocados dispensados para jogos oficiais e/ou particulares.

2. No entanto, fica reservado aos Clubes que tenham um(a) ou mais jogadores(as) convocados(as) para aquelas Seleções, o direito de, se o entenderem, pedir o adiamento dos jogos que lhes tenham sido marcados para as datas em questão;

3. Os pedidos terão que ser efetuados de acordo com as normas definidas para os casos de alterações de jogos;



4. No que se refere aos trabalhos das Seleções Distritais, constitui dever dos Clubes colaborar com a Associação de Futebol de Castelo Branco, designadamente, prestando apoio administrativo e procedendo às notificações dos atletas, facultando a cedência de instalações desportivas e auxiliando o transporte dos atletas para treinos ou estágios;

5. A convocação dos jogadores para a participação em qualquer atividade incluída no âmbito das Seleções Distritais será efetuada tendencialmente com antecedência mínima de 5 dias de calendário em relação ao primeiro dia da ação que se irá realizar, e será realizada por email, diretamente para o clube do(a) jogador(a);

6. A convocação será sempre efetuada para os e-mails oficiais dos clubes, recaindo sobre estes a obrigação de proceder à notificação dos(as) respetivos(as) jogadores(as);

7. O incumprimento por parte do clube/jogador(a) do disposto no ponto anterior do presente artigo será sancionado nos termos deste RPO de Futebol de Formação em vigor na AF Castelo Branco, que a seguir se transcreve:

a) O Jogador que, regularmente convocado, abandone ou não compareça injustificadamente a treino, jogo ou atividade das Seleções Distritais relacionada com a representação desportiva da AF Castelo Branco, é punido com suspensão de 2 jogos e uma taxa no valor de 100€;

b) O disposto neste artigo é aplicável à falta de comparência ou abandono de atividade das Seleções Distritais, competindo o exercício do poder disciplinar aos órgãos jurisdicionais respetivos.

8. O Clube e o atleta têm um prazo de 48 horas para justificarem o abandono ou ausência do treino, jogo ou atividade das Seleções Distritais;

9. O atleta será suspenso em todas as provas da AF Castelo Branco na semana do incumprimento da falta injustificada, competindo o exercício do poder disciplinar ao órgão jurisdicional respetivo.

CAPÍTULO III INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Artigo 26.º Requisitos dos recintos desportivos

1. Para efeitos do presente Regulamento designam-se por recintos desportivos os espaços físicos edificados, incluindo construções anexas, particularmente vocacionados para a realização de competições de futebol, independentemente de poderem albergar competições de outra modalidade ou espetáculos de outra natureza;

2. Os recintos desportivos indicados pelos Clubes devem demonstrar-se adequados ao uso previsto e ao qual se destina com vista a proporcionar as melhores condições de segurança, de funcionalidade e de conforto na utilização, limitando o risco de acidentes e facilitando a evacuação dos ocupantes e a intervenção dos meios de socorro;



3. As disposições do presente regulamento não dispensam o cumprimento de outras normas legais e regulamentares gerais, aplicáveis aos espaços desportivos e aos recintos de espetáculos públicos;
4. Os jogos das competições distritais oficiais são realizados nos recintos desportivos indicados pelos Clubes e que obedeçam às condições fixadas por lei e no presente Regulamento;
5. Durante os jogos, os Clubes Visitados são obrigados a prestar Assistência Médica a todos os intervenientes no jogo que dela careçam;
6. Os Clubes deverão possuir nas instalações do seu recinto desportivo, ou o mais próximo possível, um Posto de Socorros dotado de mobiliário e medicamentos habitualmente necessários, incluindo maca para transporte de feridos e doentes, um armário com produtos médicos- farmacêuticos de primeiros socorros e um lavatório;
7. Caso as infraestruturas não permitam implementar áreas destinadas à prestação de primeiros socorros, os mesmos devem ser, obrigatoriamente, assegurados por ambulâncias de serviços de emergência médica;
8. Caso sejam colocados, pelo Clube ou pela AFCB, painéis publicitários, estes não podem ser obstáculo, em caso de emergência, na evacuação dos espetadores para a área de jogo;
9. Os balneários têm de estar em boas condições de salubridade e ter água quente. Cada balneário deve ter, preferencialmente uma área mínima de 18 m² para servir 20 praticantes desportivos e deve ter, obrigatoriamente, instalações sanitárias;
10. O balneário da equipa de Arbitragem deve ter uma área mínima de 8 m² com, pelo menos, um posto de duche, um lavatório e uma cabine sanitária com retrete;
11. Os Clubes deverão possuir, nas instalações do seu recinto desportivo, uma zona de estacionamento para as seguintes viaturas:
 - a) 1 lugar de estacionamento para veículo ligeiro para os árbitros;
 - b) 1 lugar de estacionamento para veículo pesado de passageiros e 1 lugar para veículo ligeiro para a equipa visitante;
 - c) 2 lugares de estacionamento para veículos ligeiros para o delegado e observadores da AFCB;
 - d) 1 lugar de estacionamento para a viatura do comando das forças de segurança.

Artigo 27.º Condições de segurança

1. Os Clubes promotores dos jogos das competições oficiais de Futebol de Formação devem aprovar Regulamentos Internos em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público, nos termos da legislação aplicável, cuja execução será



precedida de concertação com as forças de segurança, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, os serviços de emergência médica e a AFCB;

2. Os regulamentos previstos no número anterior estão sujeitos a registo junto do IPDJ, como condição da sua validade;
3. Nos jogos de risco elevado compete ao promotor designar um Coordenador de Segurança nos termos da lei.

Artigo 28.º Requisitos do recinto desportivo e da superfície de jogo

1. No terreno de jogo, de relvado natural ou sintético, ou de terra batida, as linhas laterais, bem como as linhas de baliza, devem estar à distância mínima de 2 metros da área destinada ao público;
2. Os Clubes que não disponham de um terreno de jogo próprio, com as condições indicadas nos artigos e números respeitantes aos recintos desportivos, devem indicar à AFCB qual o recinto desportivo que irão utilizar;
3. A comunicação referida no número anterior deve ser efetuada até 8 (oito) dias antes da realização do sorteio da Prova em questão, sem prejuízo da informação que deve constar da confirmação de participação feita em cada época;
4. Para efeitos de jogos oficiais, os terrenos de jogo devem ter as seguintes dimensões:

	Comp. máximo	Comp. mínimo	Largura máxima	Largura mínima
Futebol 11	105	90	68	45
Futebol 9	75	64	68	45
Futebol 7	75	55	45	40

Artigo 29.º Zonas Técnicas

1. Os Clubes propõem para cada recinto desportivo a Zona Reservada aos Agentes Desportivos, que deve incluir, pelo menos, as seguintes zonas:
 - a) Zona situada entre as linhas exteriores da superfície do terreno de jogo e a área de ligação entre o terreno de jogo e os balneários;
 - b) Zona de corredores de acesso à superfície de jogo, aos balneários dos Clubes e da Equipa de Arbitragem;
 - c) Balneários dos Clubes e da Equipa de Arbitragem;
 - d) Área técnica, nos termos das Leis do Jogo de Futebol.

Artigo 30.º Acesso e permanência nas zonas técnicas

1. Podem aceder e permanecer na Zona Reservada aos Agentes Desportivos, em estrita observância da acreditação conferida, os seguintes elementos:
 - a) Delegados da AFCB, a Equipa de Arbitragem e o staff da AFCB;



- b) Delegados dos Clubes participantes, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, massagistas, treinadores, jogadores efetivos e suplentes, quando equipados;
- c) Um treinador de guarda-redes e um técnico de equipamentos;
- d) Coordenador de Segurança;
- e) Agentes da força de segurança;
- f) Assistentes de recintos desportivos;
- g) Apanha-bolas;
- h) Presidentes dos Clubes participantes;
- i) Membros do Conselho de Arbitragem da AFCB em exercício de funções;
- j) Funcionários do operador televisivo titular dos direitos de transmissão televisiva;
- k) Fotógrafos e outros membros dos órgãos de comunicação social, quando credenciados para o efeito.
- l) Elementos dos patrocinadores dos Clubes ou da AFCB, em exercício de funções, no cumprimento de um contrato de patrocínio;
- m) Maqueiros e demais elementos dos serviços de urgência médica;
- n) Técnicos de manutenção do terreno de jogo;

2. Os agentes referidos nas alíneas h) e i) do número anterior podem permanecer na Zona Reservada aos Agentes Desportivos até 15 minutos antes da hora marcada para início do jogo e 15 minutos após o seu termo, sempre que se encontre garantida a estrutura de segurança e de controlo adequada;

3. Os fotógrafos apenas podem aceder à área correspondente à alínea b) do artigo anterior, podendo aceder ao terreno de jogo para captação da fotografia oficial das equipas, antes do início do jogo, mas sempre depois de terminado o período de aquecimento dos jogadores e da equipa de arbitragem;

4. Durante o tempo regulamentar e intervalo de jogo, em observância da respetiva credenciação, podem aceder e permanecer na área situada entre as linhas exteriores do terreno de jogo e as bancadas destinadas aos espetadores:

- a) Fotógrafos dos órgãos de comunicação social;
- b) Funcionários do operador televisivo titular dos direitos de transmissão televisiva;
- c) Operadores de radiodifusão de âmbito nacional;
- d) Agentes das forças de segurança pública;
- e) Coordenador de Segurança;
- f) Assistentes de recintos desportivos;



- g) Maqueiros e demais elementos dos serviços de urgência médica;
 - h) Apanha-bolas;
 - i) Técnicos de manutenção do terreno de jogo;
 - j) Elementos dos patrocinadores dos Clubes ou da AFCB, em exercício de funções, no cumprimento de um contrato de patrocínio;
5. O agente referido na alínea b) do número anterior tem acesso à Zona Reservada aos Agentes Desportivos durante o intervalo do jogo e para realização de uma entrevista rápida desde que, antes do início do jogo, tenha exibido a sua identificação aos Delegados de jogo e, para efeitos de captação de imagens, tenha fixado a câmara nos locais para o efeito determinados.
6. Compete aos Clubes e à AFCB determinar os locais onde podem aceder e permanecer cada um dos elementos referidos no número 4 e onde se devem fixar os instrumentos de trabalho estáticos dos mesmos;
7. O direito de acesso e permanência dos agentes referidos no número 4 encontra-se condicionado aos interesses da Prova e sujeito ao cumprimento das normas emitidas pela AFCB;
8. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, os elementos dos órgãos de comunicação social podem ainda aceder aos locais que tenham sido definidos especificamente pelo Clube Visitado como destinados ao exercício das suas funções;
9. Aos maqueiros e elementos pertencentes às ambulâncias que devam encontrar-se no recinto desportivo aplica-se o previsto no número anterior, excetuando-se as situações de urgência, nas quais podem entrar no terreno de jogo através de autorização da Equipa de Arbitragem e, nos balneários, através de autorização do Delegado de jogo da AFCB ou dos Clubes, consoante estejam ou não presentes aqueles;
10. Na área técnica apenas o treinador principal pode permanecer de pé e dar instruções táticas.

Artigo 31.º Acesso aos balneários dos Clubes

1. Apenas os jogadores, dirigentes e delegados dos Clubes, treinadores, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, massagistas e demais funcionários autorizados, podem entrar e permanecer nos balneários dos respetivos Clubes;
2. O Clube Visitado tem obrigatoriamente de disponibilizar o acesso aos balneários 90 (noventa) minutos antes do início do jogo ao Clube Visitante;
3. A requerimento dos Clubes interessados, a AFCB pode autorizar o acesso aos balneários de elementos dos órgãos de comunicação social, excetuando-se os casos em que o acesso a esse balneário seja comum com o da equipa de arbitragem;



4. O acesso dos praticantes desportivos e dos árbitros ao terreno de jogo, a partir dos respetivos balneários, em especial nos recintos desportivos vocacionados para a realização de competições de futebol, deve ser efetuado com todas as condições de segurança, nomeadamente através de um túnel subterrâneo ou através de um vão de saída protegido por manga fixa ou telescópica composta por estrutura resistente a impactes, desembocando junto aos limites do terreno de jogo;

Artigo 32.º Acesso aos balneários da Equipa de Arbitragem

1. Antes do início do jogo e após o seu termo, têm acesso ao balneário da equipa de arbitragem, para o desempenho das funções respetivas:

- a) Delegados dos Clubes participantes, quando autorizados pela Equipa de Arbitragem;
- b) Delegados de jogo da AFCB;
- c) Membros do Conselho de Arbitragem;
- d) Elementos das forças de segurança;

2. Durante o intervalo ou após a conclusão do jogo, podem aceder a esse balneário as pessoas indicadas no número anterior, quando a sua presença seja solicitada pelo árbitro principal designado para o jogo em causa;

3. Nos casos em que deva existir um coordenador de segurança, tal como se encontra definido na legislação aplicável, aplica-se a este o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 33.º Condições de acesso de espetadores

1. São condições de acesso e permanência dos espetadores nos recintos desportivos onde se realizem os jogos das diferentes Provas o que se encontra previsto na Lei;

2. As condições de acesso dos espetadores aos recintos desportivos devem encontrar-se afixadas nas bilheteiras ou ser facilmente disponibilizadas aos interessados, e ainda em qualquer outro local onde sejam vendidos bilhetes para os jogos;

3. As zonas para os espetadores devem estar separadas do terreno desportivo por meio de guarda-corpos, solidamente fixados e resistentes a impactes, constituídos por materiais não combustíveis e construídos de modo a não obstruir a visibilidade, nos termos da Lei e Regulamento da AFCB para jogos considerados de risco elevado;

4. Os dispositivos previstos no número anterior devem dispor de vãos de passagem para o terreno de jogo, a utilizar em caso de emergência;

5. Cada setor destinado aos espetadores deve dispor de instalações sanitárias para homens e mulheres, organizados em blocos, separados por sexos e equipadas de acordo com a lotação do setor, nos termos da legislação aplicável;

6. Deve ser reservado pelo menos 1 lugar em cada 900, especialmente previsto para espetadores com mobilidade reduzida, de preferência distribuídos por diferentes



locais do estádio, em zona abrigada ou coberta, de modo a garantir fácil acesso em caso de emergência e ainda a permanência de cão-guia.

Artigo 34.º Acreditação

A acreditação para os jogos é feita pelos Clubes promotores, a pedido dos interessados, sem prejuízo de orientação da AFCB, das forças de segurança e das exceções constantes do número seguinte do presente artigo;

A acreditação dos Delegados da AFCB e dos membros do Conselho de Arbitragem da AFCB é feita diretamente pela AFCB;

A acreditação dos elementos dos órgãos de comunicação social deve respeitar o protocolo celebrado entre a FPF e a Associação dos Jornalistas de Desporto (CNID), Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR) e a Associação Portuguesa de Imprensa (API).

Artigo 35.º Suportes Publicitários

1. A colocação de faixas e painéis publicitários nos recintos deve respeitar as seguintes distâncias mínimas:

- a) Entre as linhas exteriores do terreno de jogo e os painéis publicitários - Linha lateral: 2 metros;
- b) Atrás do centro da linha de golo: 2 metros, contado da profundidade máxima das redes das balizas;

2. Por solicitação devidamente fundamentada dos Clubes, pode a Direção da AFCB autorizar a colocação de faixas e painéis publicitários em observância de outras medidas, quando as dimensões dos estádios e ou do terreno de jogo não permitam tais distâncias, nunca podendo, no entanto, tais alterações potenciar o risco de acidentes de qualquer pessoa que se encontre dentro do estádio.

3. De igual forma, as faixas e painéis publicitários a distâncias inferiores às previstas no número anterior não podem ser colocados de forma a obstruir a evacuação dos espetadores para o terreno de jogo, em caso de emergência;

4. Qualquer ação promocional, animação ou espetáculo que o Clube Visitado pretenda efetuar no recinto de jogo, antes ou depois da realização deste, ou ainda no seu intervalo, carece de autorização da AFCB, que estabelecerá as normas aplicáveis.

Artigo 36.º Instalação

1. Nos jogos objeto de transmissão pela AFCB, compete ao Clube Visitado a instalação dos painéis publicitários referentes aos patrocinadores oficiais da prova.



CAPÍTULO IV JOGOS

Artigo 37.º Leis de jogo

1. Os jogos das competições oficiais do Futebol de Formação são realizados de acordo com as Leis do Jogo aprovadas pelo International Football Association Board (IFAB), bem como de acordo com todas as normas emanadas pela FIFA.

Artigo 38.º Duração dos jogos

1. Nos jogos das Provas de Futebol de Formação, o tempo de jogo varia conforme o escalão;
2. Os jogos de Juniores (Sub-19) têm a duração de 90 minutos, divididos em duas partes de 45 minutos cada, separadas por um intervalo que não pode exceder os 15 minutos;
3. Os jogos de Juvenis (Sub-17) têm a duração de 90 minutos, divididos em duas partes de 45 minutos cada, separadas por um intervalo que não pode exceder os 15 minutos;
4. Os jogos de Iniciados (Sub-15) têm a duração de 80 minutos, divididos em duas partes de 40 minutos cada, separadas por um intervalo que não pode exceder os 15 minutos;
5. Os jogos de Futebol 9 e Futebol 7, (Sub-13) têm a duração de 60 minutos, divididos em duas partes de 30 minutos cada, separadas por um intervalo que não pode exceder os 15 minutos;
6. Os jogos das Taças Pedagógicas de Benjamins (Sub-11 e Sub-10) têm a duração de 60 minutos, divididos em três partes de 20 minutos cada, separadas por intervalos que não podem exceder os 8 minutos cada.

Artigo 39.º Delegados dos clubes

1. Cada Clube indica, para cada jogo, um Delegado ao jogo;
2. Podem ser delegados dos Clubes os membros dos seus órgãos sociais ou os seus funcionários, devendo estar devidamente licenciados pela AFCB para esse efeito, a quem é atribuído um cartão com tal designação, atuando em representação do Clube;
3. Os Delegados dos Clubes têm os seguintes deveres:
 - a) Comparecer ao jogo com o mínimo de 75 minutos de antecedência face ao seu início;
 - b) Colaborar com o Delegado de jogo da AFCB em todos os aspetos da organização;
 - c) Assegurar que os dirigentes, delegados, jogadores, treinadores e funcionários do Clube que representam têm um comportamento correto entre si, com a AFCB, com a Equipa de Arbitragem, com o Clube adversário, com os espetadores, com



os elementos das forças de segurança, com os assistentes de recinto desportivo e com os representantes dos órgãos de comunicação social;

d) Controlar e vedar o acesso e permanência à Zona Técnica dos representantes, colaboradores ou funcionários que, pertencentes ao Clube por si representado, não se encontrem devidamente credenciados pela AFCB;

e) Apresentar à Equipa de Arbitragem, com uma antecedência mínima de trinta minutos do início do jogo, a ficha técnica do jogo, através dos meios disponíveis para o efeito, com a identificação dos seguintes elementos:

i) Jogadores efetivos e suplentes, com indicação do primeiro e último nome, número de licença, número de camisola e data de nascimento de cada um, nos termos do modelo de ficha técnica de jogo facultado pela AFCB e os respetivos cartões licença;

ii) Restantes elementos sentados no banco de suplentes, designadamente delegados, treinadores, médico, enfermeiro, fisioterapeuta e massagista;

iii) Jogadores que desempenham as funções de capitão e sub-capitão;

iv) Delegado para o controlo antidopagem, com indicação do seu nome completo e número de licença federativa;

f) Receber da AFCB as cópias das fichas técnicas de jogo;

g) Validar os dados constantes da ficha técnica de jogo entregue ao árbitro, designadamente quanto à constituição das equipas, para afixação nos locais destinados aos órgãos de comunicação social;

4. As fichas técnicas de jogo são preenchidas em duplicado, não sendo permitidas rasuras nem abreviaturas nos quadriculados dos respetivos modelos, devendo criar-se uma linha intermédia quando necessário e preenchidas novas fichas quando ocorram alterações;

5. O original dos modelos é remetido à AFCB juntamente com o relatório do árbitro, e as vinhetas devem estar em bom estado de conservação para leitura ótica, identificando os nomes completos dos visados e os respetivos números de licença do jogador ou do documento de identificação pessoal dos restantes agentes desportivos;

6. Os delegados devem confirmar, mediante assinatura no verso das fichas, os jogadores, médicos, enfermeiros, massagistas, fisioterapeutas, treinadores, treinadores adjuntos, treinadores estagiários e delegados que tenham sido expulsos ou como tal considerados;

7. Em caso de impossibilidade de comparência de treinador, deve o delegado ao jogo do clube fazer constar o motivo da sua ausência na ficha técnica, no campo destinado às observações.



Artigo 40.º Delegados de jogo AFCB

A AFCB pode nomear delegados para os jogos das competições de Futebol de Formação, competindo a estes, genericamente, zelar pela observância das normas previstas no presente Regulamento;

São, designadamente, competências do Delegado de jogo da AFCB:

- a) Fomentar e desenvolver os princípios gerais do presente Regulamento, designadamente no âmbito da defesa da ética e do espírito desportivo;
- b) Verificar, juntamente com o árbitro, as boas condições técnicas do terreno de jogo e respetivo equipamento, com vista à realização dos jogos;
- c) Verificar, com o Coordenador de Segurança, quando exista, as condições de segurança do estádio;
- d) Presenciar e verificar o cumprimento das disposições regulamentares relativas ao flash interview, quando estes tenham lugar;
- e) Coordenar a reunião antecedente ao jogo, com vista à sua organização, quando a AFCB o tenha determinado jogo de risco elevado;
- f) Elaborar, no final do período em que exerceu as suas funções, um relatório pormenorizado sobre todas as ocorrências do jogo, que deve ser enviado à AFCB no prazo de 3 dias úteis, contados desde a data de realização do jogo.

Artigo 41.º Diretor de imprensa

1. Nos jogos objeto de transmissão, os Clubes devem comunicar a identidade do dirigente ou funcionário designado para exercer as funções de Diretor de Imprensa e do seu substituto, com pelo menos dez dias de antecedência em relação à data de um jogo.

2. São deveres específicos do Diretor de Imprensa:

- a) Comparecer no estádio com a antecedência mínima de 75 minutos face ao início do jogo;
- b) Prestar apoio na realização das conferências de imprensa;
- c) Assegurar a presença dos jogadores indicados pela AFCB ou pelos órgãos de comunicação social nas entrevistas e conferências nos termos do presente Regulamento;

Artigo 42.º Incompatibilidades dos delegados

1. Os delegados nomeados, quer dos Clubes, quer da AFCB, apenas podem representar uma entidade em cada jogo, não podendo, em caso algum, representar um Clube e a AFCB, simultaneamente;



2. É ainda incompatível entre si o exercício em simultâneo das funções de Delegado de jogo de Clube, de Coordenador de Segurança e de Diretor de Imprensa;

Artigo 43.º Equipa de arbitragem

1. O Conselho de Arbitragem da AFCB nomeia a equipa de arbitragem para cada jogo, nos termos do disposto no Regulamento de Arbitragem;
2. Os jogos apenas se podem iniciar se a Equipa de Arbitragem estiver completa, observando-se quanto a eventuais substituições de membros das equipas de arbitragem o que se encontra previsto no Regulamento de Normas e Instruções para Árbitros;
3. Para cada jogo podem ainda ser designados observadores de árbitros pela Secção de Classificações do Conselho de Arbitragem da AFCB, nos termos e para os efeitos do Regulamento de Arbitragem da FPF e do Regulamento de Diretivas para Observadores;
4. Compete ao árbitro verificar, antes do início do jogo, se o recinto desportivo obedece às condições previstas no presente Regulamento, bem como das marcações previstas nas Leis do Jogo;
5. Nos casos em que não estejam reunidos os pressupostos previstos no número anterior, deverá o árbitro tentar remediar as anomalias verificadas com o auxílio do Clube Visitado, só devendo aceder à sua não reparação quando entender que tal não acarreta prejuízos para a verdade desportiva.

Artigo 44.º Composição das equipas e substituição de jogadores

1. Cada equipa tem obrigatoriedade de ter a composição mínima de jogadores que se encontra definida pela AFCB e nas Leis do Jogo;
2. No escalão de Juniores (sub-19) e Juvenis (sub-17), os Clubes podem designar até sete jogadores suplentes na ficha técnica do jogo, podendo efetuar até 7 substituições no seu decorrer, sendo que depois de substituídos os jogadores não podem voltar a competir no mesmo jogo;
3. Para operar as substituições mencionadas no número anterior cada equipa apenas dispõe de 3 (três) momentos de paragem de jogo, não sendo contabilizado o intervalo;
4. Nos escalões de Iniciados (Sub-15), Futebol 9, Futebol 7 (Sub-13) e Benjamins (Sub-11), o número de substituições é ilimitado, podendo os jogadores substituídos voltar ao terreno de jogo. As substituições serão obrigatoriamente efetuadas na linha de meio campo (zona das substituições), do lado do banco dos suplentes, pedindo autorização ao árbitro auxiliar do lado dos bancos. A substituição do Guarda-Redes é efetuada durante uma paragem do jogo e com a autorização da equipa de arbitragem;
5. Posteriormente ao preenchimento e entrega da ficha técnica de jogo à Equipa de Arbitragem, e não se tendo o jogo ainda iniciado, pode ser alterada a composição da mesma nos seguintes termos:



- a) Se algum dos jogadores efetivos não se encontrar em condições de iniciar o jogo devido a incapacidade física, ou de o completar no caso de jogo interrompido nos termos regulamentares, pode ser substituído por qualquer um dos suplentes constantes da ficha técnica entregue, não relevando tal facto para o número de substituições efetuadas, podendo ser adicionado mais um jogador à ficha técnica na condição de suplente;
- b) Qualquer jogador que conste na ficha técnica na condição de suplente e que não esteja em condições físicas de participar no jogo pode ser substituído por qualquer jogador regularmente inscrito na FPF/AFCB pelo Clube, e que não constasse inicialmente na ficha técnica de jogo;
6. É permitido a qualquer jogador do género feminino de categoria superior participar na respetiva categoria ou imediatamente inferior, nos escalões masculinos, assim como é permitido a dois jogadores do género feminino até um máximo de 2 categorias acima participar na respetiva categoria ou nas duas inferiores, nos escalões masculinos, desde que a equipa em que se inserem seja exclusivamente feminina;
7. Após terem sido substituídos, os jogadores podem permanecer no banco dos suplentes, quando devidamente equipados;
8. Um jogo só pode ter início ou decorrer com o seguinte número mínimo de jogadores:
- a) Futebol de 11 - 7 jogadores;
 - b) Futebol de 9 - 6 jogadores;
 - c) Futebol de 7 - 5 jogadores;
9. Todas as equipas “B”s inseridas nas Provas Distritais que tenham a sua equipa “A” a disputar uma prova de nível superior terão que enviar, com um mínimo de 8 (oito) dias de antecedência do primeiro jogo da primeira Prova, a listagem dos jogadores pertencentes à equipa “A” e “B”. Durante o mês de janeiro poderão enviar nova listagem de jogadores, podendo aqui haver troca entre ambas as equipas. Jogadores que sejam inscritos como transferência ou novas inscrições depois do prazo de envio das respetivas listas podem ser integrados em qualquer das equipas.

Artigo 45.º Composição dos bancos de suplentes

1. O banco de suplentes pode ser composto pelos seguintes elementos dos Clubes:
- a) 1 Delegado ao jogo (obrigatório);
 - b) 1 Treinador Principal (obrigatório);
 - c) 1 Treinador Adjunto;
 - d) 1 Treinador Estagiário, caso exista;
 - e) 1 Médico;



f) 1 Enfermeiro, Fisioterapeuta ou Massagista (obrigatório no caso do Clube Visitado);

g) Até 7 Jogadores suplentes;

2. Todos os elementos do banco de suplentes devem encontrar-se identificados na ficha técnica de jogo e possuir equipamentos ou coletes que os distingam dos jogadores a ser efetivamente utilizados;

3. Todos os elementos que se encontrem no banco de suplentes, à exceção dos jogadores, devem possuir uma braçadeira que indique a função exercida;

4. É obrigatória a presença de um delegado ao jogo, de um treinador principal e de um elemento da equipa clínica do clube (este último, apenas para o Clube Visitado);

Artigo 46.º Banco suplementar

1. Pode ser colocado um banco suplementar para cada Clube, com capacidade para 4 pessoas, a 5 metros do banco de suplentes, sempre que a equipa de arbitragem ou o delegado da AFCB / PPF considerem haver espaço suficiente e seja necessário;

2. Os elementos do banco suplementar devem encontrar-se devidamente identificados de acordo com o modelo facultado pela AFCB;

3. Apenas os elementos da equipa clínica podem ter acesso ao terreno de jogo, quando devidamente autorizados pela Equipa de Arbitragem.

CAPÍTULO V EQUIPAMENTOS

Artigo 47.º Requisitos dos equipamentos

1. Cada Clube participante num jogo das provas oficiais de Futebol de Formação encontra-se obrigado a equipar os seus jogadores com camisola, calções e meias de cores diferentes do Clube adversário;

2. O equipamento dos guarda-redes deve ser de uma cor diferente dos equipamentos de todos os jogadores que participem no jogo, bem como do da Equipa de Arbitragem;

3. As cores do equipamento, principal e alternativo, são comunicadas pelos Clubes à AFCB no momento da filiação / inscrição em cada época desportiva;

4. Antes do início de cada jogo o árbitro indica se ambas as equipas podem utilizar o seu equipamento principal;

5. Quando os equipamentos dos Clubes forem semelhantes ou de difícil distinção entre si, o Clube que jogar na qualidade de Visitado utiliza o seu equipamento alternativo (na totalidade ou de forma parcial).

6. Verificando-se o disposto no número anterior, e sendo o jogo disputado em recinto desportivo neutro, mudará de equipamento o Clube que tiver a inscrição mais recente junto da AFCB, relativamente a provas oficiais;



7. Quando seja utilizado por um jogador, na parte exterior das meias, fita adesiva ou um material similar, este deverá ser da mesma cor e tonalidade que o setor das meias onde está aplicado;

8. Sempre que os jogadores utilizem roupa térmica (camisola ou calças), deverá a mesma ser da cor predominante do equipamento (camisola ou calções, respetivamente).

Artigo 48.º Identificação do capitão

1. Os capitães dos Clubes intervenientes em cada jogo devem utilizar uma braçadeira de cor diferente do seu equipamento que permita a sua identificação pelos elementos da equipa de arbitragem.

Artigo 49.º Numeração

1. A camisola dos jogadores participantes nos jogos das provas oficiais deve ter obrigatoriamente numeração, de acordo com as seguintes regras:

- a) Nas costas das camisolas, sendo facultativa, no entanto, a sua aplicação nos calções;
- b) Os números devem ser numa cor que contraste com as cores das camisolas e dos calções;
- c) Nas camisolas, os números devem ter, pelo menos, 25cm de altura, e nos calções pelo menos 10cm;
- d) A numeração autorizada é do 1 ao 99, devendo, no entanto, o número 1 estar reservado para o guarda-redes. A numeração referida na ficha técnica de jogo deve estar de acordo com a ordem dos cartões licença dos Jogadores, entregues pelo Delegado de cada Clube ao árbitro antes do início de cada jogo;
- e) A sequência completa dos números é facultativa, não podendo, no entanto, repetirem-se números dentro do mesmo Clube participante num determinado jogo;
- f) As camisolas podem exibir o nome do jogador acima do número;
- g) A falta, a troca ou o arrancamento de numeração na camisola, constitui infração disciplinar, sancionada nos termos do Regulamento Disciplinar.

Artigo 50.º Emblemas oficiais

1. Os equipamentos dos jogadores devem conter obrigatoriamente o seu emblema oficial e o nome oficial do Clube;

2. Para efeitos do número anterior, devem ser respeitadas as seguintes medidas máximas:

- a) 100 cm² quando aplicado nas camisolas;



- b) 50cm² quando aplicado na parte posterior dos calções, independentemente do lado;
 - c) 50cm² quando aplicado em cada uma das meias.
3. Quando colocado nas camisolas, o emblema deve situar-se em local que não se confunda com a publicidade, devendo constar à altura do peito;
 4. Quando colocado nos calções e meias, o emblema deve constar apenas por uma vez em cada peça de equipamento;
 5. Os Clubes podem ainda colocar o seu nome oficial ou a sua abreviatura nas camisolas, nos calções ou nas meias, respeitando o seguinte:
 - a) Medidas máximas de 12cm de largura e 2cm de altura;
 - b) Na frente da camisola, calção e meias, colocado acima do emblema do clube, nas costas da camisola abaixo do respetivo número ou na gola;
 6. Os equipamentos dos árbitros devem conter o emblema da AFCB / FPF.

Artigo 51.º Publicidade nos equipamentos

1. É autorizado o uso de publicidade nos equipamentos dos jogadores, com o limite de 4 patrocinadores;
2. A utilização de publicidade nos equipamentos deve ser homologada pela AFCB, devendo os Clubes, para esse efeito, entregar à AFCB requerimento com as especificações técnicas que aí constam, sem prejuízo das regras seguintes;
3. O requerimento de homologação de publicidade deve ser acompanhado de fotografias do equipamento, nas quais seja perceptível a localização das publicidades;
4. A publicidade deve enquadrar-se com as cores dos equipamentos e pode ser inserida da seguinte forma:
 - a) Na parte da frente da camisola, com uma medida até 600cm²;
 - b) Nas costas da camisola, desde que não impeça a visibilidade da numeração, até 450cm²;
 - c) Na manga esquerda até 100cm², ficando a manga direita reservada à AFCB para publicidade ou nome da Prova com medida até 200cm²;
 - d) Na parte posterior dos calções, à altura da cintura, até 200 cm²;
 - e) Na parte da frente da perna esquerda, sobre o logótipo ou marca do fabricante, com uma medida até 120cm²;
1. Para além da publicidade homologada, é autorizada a colocação nos equipamentos do logótipo ou nome do fabricante do equipamento, desde que não exceda 20cm² em cada peça do equipamento, podendo também ser inserido na camisola interior;



2. A inserção de publicidade nos equipamentos dos árbitros apenas pode ser contratualizada pela AFCB;
3. A publicidade nos equipamentos dos árbitros apenas pode ser inserida nas mangas da camisola e não pode exceder 200cm²;
4. Os equipamentos dos árbitros podem conter o emblema do fabricante, da FPF e da AFCB, não podendo exceder 20cm² em cada peça de equipamento;
5. É proibida a exibição de quaisquer slogans, imagens ou formas de publicidade fora dos locais regularmente previstos, independentemente do seu suporte;
6. A AFCB não pode ser responsabilizada por qualquer litígio emergente de contratos de patrocínio celebrados entre Clubes e patrocinadores, designadamente os que decorram da aplicação das presentes normas.

Artigo 52.º Bolas

1. Compete ao Clube Visitado a apresentação das bolas necessárias para a realização do jogo;
2. O tipo de bola a ser usada em cada época desportiva, em todos os jogos das competições oficiais de futebol, são publicados no Comunicado Oficial n.º1 da AFCB.

CAPÍTULO VI JOGADORES E OUTROS AGENTES DESPORTIVOS

Artigo 53.º Inscrição e participação de jogadores

1. Apenas podem participar nas competições oficiais de Futebol de Formação os jogadores que se encontrem devidamente inscritos e licenciados pela AFCB, podendo ser amadores, profissionais ou formandos, nos termos do disposto no Regulamento do Estatuto, da Categoria, da Inscrição e Transferência dos Jogadores e na legislação aplicável;
2. As transferências de jogadores efetuam-se de acordo com o que se encontra previsto na regulamentação e legislação referida no número anterior, não havendo qualquer restrição quanto ao número de inscritos;
3. Apenas podem competir nestas competições os jogadores de acordo com o fixado no Comunicado Oficial n.º 1 da FPF para cada época desportiva;
4. É permitida a participação em cada jogo (ficha técnica de jogo) de um máximo de 5 jogadores da categoria Sub-20 a participar nas provas de Juniores (Sub-19), de acordo com a respetiva idade fixada no Comunicado Oficial n.º 1 para a época desportiva em vigor, sendo que apenas é permitido que estejam dentro do terreno de jogo um máximo de 3 jogadores Sub-20 da mesma equipa;
5. A participação de um jogador em qualquer jogo oficial de Futebol de Formação da AFCB apenas é permitida desde que se verifique um interregno de 15 horas entre o



termo de um jogo e o início de outro, não contando para o efeito os jogadores que, tendo constado da ficha técnica de jogo, não tenham sido efetivamente utilizados;

6. A participação de um jogador num jogo de uma prova oficial de Futebol de Formação, quando não tenha sido devidamente inscrito, é sancionada disciplinarmente;

7. Nos jogos anulados e mandados repetir, por motivo de protesto julgado procedente, só podem participar os Jogadores que satisfaziam as condições regulamentares de inscrição na data do jogo anulado;

8. Os Jogadores que na data primitiva do jogo se encontravam a cumprir sanção disciplinar que as impedia de participar nesse jogo, não poderão participar no jogo de repetição;

9. Os jogos não concluídos contam para efeito de cumprimento da pena de jogos, não podendo, no entanto, os jogadores que estavam disciplinarmente impedidos de participar nesses jogos alinhar nos jogos de repetição;

10. Antes do início de cada jogo (30 minutos) os delegados entregarão ao árbitro a relação dos jogadores (ficha técnica, original e cópia) com os respetivos cartões - licença, não podendo ser mencionado nessa relação um número de jogadores superior ao que a mesma comporta (máximo de 18 elementos no futebol 11, máximo 16 elementos no futebol 9, e máximo 14 elementos futebol 7). As relações (fichas técnicas) podem ser descarregadas no site da AFCB;

11. O delegado ao jogo de cada equipa pode acompanhar a equipa de arbitragem na identificação dos jogadores da equipa adversária;

12. Sempre que existam dúvidas quanto à identificação de um determinado jogador, o Delegado da equipa que levante a dúvida poderá solicitar ao Árbitro a identificação do mesmo. Esta deverá ocorrer no início, intervalo ou no final do respetivo jogo;

13. Os jogadores consideram-se fisicamente aptos para a prática do futebol, quando inspecionados e aprovados para a referida modalidade;

14. Sem prejuízo do disposto no presente capítulo, ficam salvaguardadas as disposições constantes de Regulamentos específicos da FPF e AFCB para estas matérias e relacionadas, como as que constam do artigo seguinte.

Artigo 54.º Cedência temporária de jogadores

1. Os Clubes participantes nas provas oficiais de Futebol de Formação podem ceder temporariamente a outro Clube, da mesma ou de outra competição, os serviços de um jogador profissional por si inscrito na AFCB;

2. É expressamente proibido qualquer acordo que impossibilite o jogador cedido de ser livremente utilizado pelo Clube cessionário durante o período da cessão;



3. Um jogador que tenha sido cedido temporariamente a outro Clube pode voltar a ser inscrito e representar o Clube cedente em caso de cessação do contrato de cedência, exceto se a referida cessação tiver ocorrido sem justa causa por parte do jogador;

Artigo 55.º Deveres dos jogadores

1. Os jogadores devem respeitar todos os intervenientes no jogo e espetadores, devendo respetivamente ser tratados por aqueles com urbanidade;
2. Os jogadores devem, em especial:
 - a) Apresentar-se no jogo devidamente equipados de acordo com as Leis do Jogo e com a regulamentação aplicável;
 - b) Cumprir as Leis do Jogo e as determinações da equipa de arbitragem;
 - c) Não manifestar, por qualquer meio, perante a equipa de arbitragem a sua discordância quanto às decisões desta;
 - d) Proceder com lealdade e correção para com os restantes intervenientes do jogo, espetadores e demais pessoas presentes, antes, durante e após o fim do jogo.

Artigo 56.º Deveres dos treinadores e outros agentes desportivos

1. Os treinadores, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e massagistas devem estar devidamente licenciados junto da AFCB de modo a poder ocupar as referidas funções nas provas oficiais de Futebol de Formação;
2. Os treinadores, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e massagistas devem pautar a sua conduta pela correção e urbanidade com toda e qualquer pessoa, designadamente as que representam a AFCB, os elementos da equipa de arbitragem, os elementos dos Clubes adversários e os espetadores;
3. Nos casos em que existam flash interview e conferências de imprensa, o treinador principal encontra-se obrigado a participar na sua realização ou, caso tenha sido expulso do jogo em causa, o treinador adjunto;
4. Os treinadores, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e massagistas encontram-se sujeitos ao poder disciplinar da AFCB, exercido nos termos do Regulamento Disciplinar.

Artigo 57.º Habilitações mínimas dos treinadores

1. Os Clubes participantes nas provas oficiais da AFCB devem ter inscrito pelo menos um treinador para cada uma das suas equipas, o qual deve possuir as habilitações mínimas referidas nos números seguintes;
2. Os treinadores devem ter obtido, no mínimo, a habilitação de grau I (UEFA C), devidamente comprovada através de cédula de treinador de desporto, verificando-se a correspondência dos graus a que alude a Lei n.º 106/ 2019, de 6 de setembro;



3. Os Clubes cujo treinador principal tenha sido destituído ou se encontre impossibilitado de exercer funções devem dar conhecimento desse facto à AFCB, dispondo de um prazo de 15 dias, contados da data em que se realize o primeiro jogo oficial em que o Clube não cumpra esta exigência regulamentar, para regularizarem a situação;
4. Considera-se treinador impossibilitado aquele que, por motivos de força maior e/ou por motivos disciplinares, não possa comparecer ao jogo;
5. Sem prejuízo do previsto no número 3, quando o treinador principal se encontre impedido pontualmente de desempenhar as suas funções, pode ser substituído pelo treinador-adjunto ou outro treinador que se encontre habilitado de acordo com estas normas regulamentares;
6. Na sequência do que foi exposto no número anterior, o treinador-adjunto com o grau de habilitações mais elevado deve constar da ficha técnica de jogo enquanto treinador principal;
7. É nulo o contrato pelo qual alguém se obrigue a exercer a atividade de treinador de desporto sem título profissional válido;
8. Em caso algum é permitido acumular as funções, na mesma equipa, de treinador e jogador durante o mesmo período, ainda que se encontre habilitado para exercer isoladamente cada uma destas funções.

CAPÍTULO VII ORGANIZAÇÃO COMERCIAL

Artigo 58.º Titulares de direitos e autorizações

1. Compete à AFCB a determinação, em cada jornada, da data e hora do jogo que é objeto de transmissão, sempre que tal tenha lugar, não podendo nenhum clube recusar a participação;
2. A autorização para a transmissão de jogos de provas oficiais de Futebol de Formação, que não pela iniciativa da AFCB, apenas terá obrigatoriedade caso a AFCB não pretenda proceder à transmissão do jogo nos termos do artigo anterior;
3. O pedido de autorização deve ser enviado à AFCB 15 dias antes da data do jogo;
4. À transmissão, autorizada nos termos dos números anteriores, não podem estar associados patrocínios ou marcas, nomeadamente através de separadores ou spots publicitários, salvo se respeitantes a patrocinadores oficiais da Prova em causa;
5. A transmissão em canal de televisão oficial de algum clube participante no jogo não pode, em circunstância alguma, ser efetuada no mesmo horário da transmissão utilizado pelo operador de televisão/plataforma indicado pela AFCB;
6. A AFCB reserva-se o direito de enviar para os clubes as diretrizes gráficas para partilha, transmissão, total ou parcial, de jogos das suas provas oficiais;



7. A recolha de imagens dos jogos para sua divulgação, quando feita por entidades que não sejam titulares dos direitos de transmissão, apenas deve ser feita nos termos e para os efeitos do disposto na Lei e no presente Regulamento.

Artigo 59.º Horários de transmissão televisiva

1. A AFCB pode autorizar a transmissão, em direto ou em diferido, das provas oficiais de Futebol de Formação, considerando-se os horários indicados para os diferentes escalões como reservados às transmissões televisivas e/ou em streaming;
2. A Direção da AFCB pode ainda autorizar transmissões não compreendidas no horário referido no número anterior, se houver consentimento expresso do clube que jogue na qualidade de visitado.

Artigo 60.º Atividade dos órgãos de comunicação social

1. Quando um jogo das competições de Futebol de Formação seja transmitido em direto por operador indicado pela FPF/AFCB, e sempre que solicitado por algumas destas entidades, pode ser realizada uma entrevista de curta duração no final do jogo, comumente designada de flash interview, que é efetuada pelo operador que detenha os direitos de transmissão televisiva e/ou em streaming, bem como de uma conferência de imprensa final;
2. O flash interview realiza-se fora do terreno de jogo e deve obedecer às seguintes regras:

- a) Iniciar-se nos 10 minutos seguintes ao final do jogo;
- b) Cada elemento só pode ser entrevistado durante o tempo máximo de um minuto e meio;
- c) São entrevistados 2 elementos de cada Clube, um jogador e o treinador principal, sendo a sua participação obrigatória;
- d) Na eventualidade do treinador principal ter sido expulso no decorrer do jogo, será substituído pelo treinador-adjunto;
- e) A entrevista será realizada diante de um backdrop fornecido pela FPF / AFCB, do qual podem constar os seus emblemas e os logótipos de patrocinadores oficiais.

Artigo 61.º Radiodifusão

1. Os Clubes podem autorizar a radiodifusão e comercialização, por qualquer meio técnico, conhecido ou desconhecido, dos sons dos jogos em que participam.

Artigo 62.º Outros meios de comunicação social

1. O regime previsto no presente capítulo é aplicável a qualquer outro meio de comunicação que possibilite a transmissão ou retransmissão de imagens e/ou áudio



dos jogos, independentemente do seu formato, meio tecnológico de captação ou transmissão e finalidade.

CAPÍTULO VIII ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

Artigo 63.º Competência

1. A AFCB delega a organização financeira dos jogos das competições oficiais nos Clubes que se encontrem na qualidade de Visitados.

Artigo 64.º Fiscalização

1. A organização financeira dos jogos pode ser fiscalizada pela AFCB.

Artigo 65.º Encargos com deslocações

1. Os Clubes suportam os encargos com as deslocações para os jogos das provas oficiais do Futebol de Formação.

Artigo 66.º Jogos sem organização financeira, jogos repetidos e complementos de jogos

1. Nos jogos sem organização financeira, isto é, disputados em recinto desportivo neutro, a entidade que possua um título legítimo de utilização desse recinto e o tenha cedido, tem direito a receber o valor correspondente aos encargos efetivamente verificados pela sua utilização, a suportar em partes iguais pelos dois Clubes ou pela organização da prova;

2. Quando os Clubes efetuam jogos em recinto neutro, têm a faculdade de inspecionar a organização desses jogos, suportando, no entanto, todos os encargos inerentes a essa inspeção;

3. Nos jogos repetidos e nos complementos de jogos, as despesas de deslocação do Clube Visitante são consideradas como despesas da organização do jogo, que obedecem a regulamentação financeira própria, revertendo a receita líquida a favor do Clube Visitado;

4. O valor a considerar pelas despesas de deslocação nos jogos repetidos encontra-se previsto no Comunicado Oficial N.º 1 da AFCB;

5. Os Clubes que nos jogos repetidos indicarem recintos desportivos relativamente aos quais não possuam um título legítimo de utilização, suportarão de sua conta todos os encargos que não se encontrem previstos neste Regulamento.

Artigo 67.º Receita

1. A receita de cada jogo, a existir, consiste no produto da venda de bilhetes, deduzido do IVA, acrescido, quando exista, dos valores atribuídos pela transmissão televisiva e publicidade estática.



Artigo 68.º Despesas de organização

1. São consideradas despesas de organização, no âmbito dos jogos das provas oficiais:
 - a) Segurança e Policiamento;
 - b) Quando aplicável, outras despesas e encargos que se encontrem previstos no presente Regulamento.

Artigo 69.º Livre ingresso

1. Nos jogos das provas oficiais de Futebol de Formação da AFCB têm direito de livre entrada nos recintos desportivos as pessoas a quem a Lei conferir essa faculdade, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, as pessoas previstas no Contrato celebrado entre a FPF e a Liga Portuguesa de Futebol Profissional, bem como as previstas em Regulamento da AFCB;
2. Quando aplicável, as pessoas que sejam detentoras de um cartão de livre ingresso devem requerer no dia do jogo um bilhete de entrada.

CAPÍTULO IX PROTESTOS DOS JOGOS

Artigo 70.º Competência

1. Os protestos dos jogos das provas oficiais são julgados pelo Conselho de Justiça da AFCB, nos termos da competência que lhe é conferida pelos Estatutos da AFCB.

Artigo 71.º Procedimento

1. Os protestos dos jogos são dirigidos ao Conselho de Justiça da AFCB, devendo os fundamentos e a sua tramitação respeitar o que se encontra definido no Regimento desse órgão;
2. Os protestos dos jogos apenas podem ser interpostos pelos Clubes neles intervenientes.

CAPÍTULO X CONTENCIOSO

Artigo 72.º Ação Disciplinar

1. O incumprimento de qualquer norma estabelecida no presente RPO, fica sujeito às sanções disciplinares previstas e puníveis pelo Regulamento de Disciplina da FPF, com as devidas adaptações pela AFCB.

Artigo 73.º Protestos e Recursos

1. Todos os processos estão sujeitos a custas, as quais são fixadas pelo Regimento do Conselho de Disciplina e divulgadas anualmente em Comunicado Oficial da AFCB;



2. Os prazos para apresentação dos protestos ou recursos são fixados pelo Regulamento Disciplinar, pelo Regimento do Conselho de Disciplina e pelo Regimento do Conselho de Justiça da AFCB.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 74.º Disposições transitórias

1. Na época desportiva de 2022 / 23 os Clubes que jogam na condição de visitados devem ter, obrigatoriamente, no banco de suplentes e ficha técnica de jogo um enfermeiro ou fisioterapeuta exclusivamente designado para funções de assistência que possua o curso de técnico suporte básico de vida e primeiros socorros.
2. O formato das provas pode, excecionalmente e no decurso da época 2021/22, ser objeto de alteração por força da data de retoma dos treinos e jogos a serem definidos pela DGS e do calendário internacional a ser definido pela FIFA e UEFA, assim como do calendário nacional a ser definido pela FPF.
3. Durante a época 2021/22 pode ser alterado o formato das competições dependendo de circunstâncias excecionais que ditem a eventual paragem da competição.

Artigo 75.º Disposições Finais

1. Sempre que a Direção da AFCB entender e julgar meritório, poderá atribuir em cada Época Desportiva o nome de uma entidade coletiva ou singular aos Campeonatos de Futebol de Formação;
2. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção, de acordo com o Estatutos da AFCB e os Regulamentos da FPF;
3. Caso, por força de legislação aprovada para o efeito ou decisão do governo, nomeadamente atentas razões de saúde pública, não seja possível a realização de jogos e, em consequência, sejam dados por concluídas as Provas em momento anterior à sua conclusão normal:
 - a) A qualificação dos clubes para a competição superior na época seguinte faz-se mediante a indicação dos clubes melhor pontuados na prova em disputa à data da conclusão da mesma e, se as equipas não tiverem o mesmo número de jogos, será aplicado o cálculo de coeficiente de pontos por jogo.
 - b) No caso de prova que se encontre na fase de playoff, a qualificação dos clubes para a competição superior na época seguinte faz-se mediante a indicação dos clubes que ainda estão em competição no play-off e que foram os mais pontuados ou, no caso de empate, melhores classificados na tabela classificativa da fase anterior.
4. No caso em que da aplicação dos critérios referidos no número 2 do presente artigo resulte empate entre Clubes, são aplicáveis os critérios de desempate previsto no presente regulamento.



Artigo 76.º Entrada em vigor

1. O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia da época desportiva 2021/2022, devendo ser previamente publicado através de Comunicado Oficial.

CAPÍTULO XI ANEXOS

REGULAMENTO ESPECÍFICO DE PROVAS FUTEBOL FORMAÇÃO

Artigo 77.º Normas primárias

1. Os jogos das provas oficiais de Futebol de Formação da AFCB têm enquadramento geral nas disposições constantes em todos os artigos e números anteriores, encontrando suporte específico de cariz mais abrangente nos números seguintes e, de modo mais particular para cada prova, nos respetivos artigos abaixo;

2. É intenção desta Associação, enquanto organismo que tutela as provas oficiais de Futebol de Formação, pautar a sua atuação pelo rigor no cumprimento de princípios orientadores para o desenvolvimento global do nosso Futebol;

3. Tendo em consideração o disposto no número anterior, guiamos a construção dos quadros competitivos das provas oficiais de Futebol de Formação alinhados com as indicações emanadas pela FPF, devidamente contextualizadas;

4. Os princípios seguidos na construção dos quadros competitivos das provas oficiais de Futebol de Formação são: proporcionar o tempo de competição adequado para a generalidade dos escalões; aumento progressivo do tempo de competição entre escalões; nivelamento por competência nas diferentes provas; diversificação dos estímulos competitivos de forma progressiva (introdução de provas a eliminar);

5. A participação de equipas “B” nas diferentes provas deve seguir os seguintes princípios, sem prejuízo do disposto no artigo 44.º, número 9, do presente Regulamento:

a) Aquando a participação da equipa “B” não coincida com a equipa “A” nas mesmas provas, esta primeira será encarada como um participante equiparado a todos os outros, com todos os efeitos daí decorrentes;

b) Aquando a participação da equipa “B” coincida com a equipa “A” na mesma prova, e esta seja disputada por pontos, esta primeira terá os efeitos classificativos anulados (pontos, golos marcados e sofridos), mas será encarada como um participante equiparado a todos os outros no que diz respeito a efeitos disciplinares;

c) Aquando a participação da equipa “B” coincida com a equipa “A” na mesma prova, e esta seja disputada por eliminatórias, esta primeira terá a sua



participação vedada mas os jogadores aí inscritos poderão participar na equipa designada como equipa principal;

6. A participação de equipas exclusivamente femininas nas diferentes provas de futebol masculino deve seguir os seguintes princípios:

a) Aquando a participação da equipa exclusivamente feminina seja numa prova disputada por pontos, esta terá os efeitos classificativos anulados (pontos, golos marcados e sofridos), mas será encarada como um participante equiparado a todos os outros no que diz respeito a efeitos disciplinares;

b) Aquando a participação da equipa exclusivamente feminina seja numa prova disputada por eliminatórias, esta será encarada como um participante equiparado a todos os outros nos diferentes domínios;

Artigo 78.º Torneio de Abertura de Juniores

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Esta prova será disputada por pontos, todos contra todos a duas (2) voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube);

2. O Clube classificado em 1º lugar no final de todas as jornadas é considerado vencedor do Torneio de Abertura de Juniores;

3. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

4. **PRÉMIOS:** Ao clube vencedor do Torneio de Abertura de Juniores será atribuída uma taça, entregue durante a XIII Gala do Futebol Distrital.

Artigo 79.º Torneio de Encerramento de Juniores

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Esta prova será disputada por pontos, todos contra todos a duas voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube);

2. O Clube classificado em 1º lugar no final de todas as jornadas é considerado vencedor do Torneio de Encerramento de Juniores;

3. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

4. **PRÉMIOS:** Ao clube vencedor do Torneio de Encerramento de Juniores será atribuída uma taça, entregue durante a XIII Gala do Futebol Distrital.

Artigo 80.º Finalíssimas de Juniores

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Esta prova será disputada em formato de eliminatórias com os clubes inscritos nos Torneios de Abertura e de Encerramento de Juniores, e nela participarão 8 Clubes;



2. As Finalíssimas serão disputadas por todos os clubes, com objetivo de apurar os vencedores de cada eliminatória, emparelhados de acordo com o somatório dos pontos das duas Provas antecedentes (Torneio de Abertura e Torneio de Encerramento), servindo como critérios de desempate em caso de igualdades pontuais:

- a) O maior número de pontos alcançados pelos Clubes empatados nos jogos realizados entre si, no somatório das duas Provas em causa;
- b) A diferença entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos pelos Clubes empatados nos jogos realizados entre si, no somatório das duas Provas em causa;
- c) A maior diferença global entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos pelos clubes empatados, no somatório das duas Provas em causa;
- d) O maior número de vitórias no somatório das duas Provas em causa;
- e) O maior número de golos marcados no somatório das duas Provas em causa;
- f) O menor número de golos sofridos no somatório das duas Provas em causa;

3. As Finalíssimas serão disputadas a uma mão com a seguinte ordem:

- a) Jogo 1 (1º e 2º lugar): 1º Clube com maior soma de pontuação vs 2º Clube com maior soma de pontuação;
- b) Proceder-se do mesmo modo para os restantes participantes com vista ao apuramento dos lugares subsequentes, com o jogo a ser realizado em casa do clube com maior soma de pontuação na respetiva eliminatória;
- d) Havendo um número ímpar de Clubes participantes, o Clube com pior soma de pontuação do total de equipas não jogará as Finalíssimas;
- e) O clube com melhor somatório de pontos apurado para as Finalíssimas participará no Campeonato Nacional de Juniores II Divisão, na época desportiva 2022 / 2023;

4. **CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESPECÍFICOS:** No jogo das Finalíssimas, em caso de empate no final, a determinação do clube vencedor será efetuada pela seguinte aplicação sucessiva dos seguintes pontos:

- a) Se no final do tempo regulamentar do jogo da final o empate subsistir, apurar-se-á o vencedor imediatamente através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;

5. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

6. **PRÉMIOS:** Aos clubes vencedores das Finalíssimas serão atribuídas taças, entregues durante a XIII Gala do Futebol Distrital. O clube com melhor somatório de pontos



apurado para as Finalíssimas participará no Campeonato Nacional de Juniores II Divisão, na época desportiva 2022 / 2023.

Artigo 81.º Taça Distrital “Luciano D’Almeida”

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Esta prova será disputada em formato de eliminatórias com os clubes inscritos no Campeonato Distrital de Juniores, e nela participarão 8 Clubes;
2. Havendo lugar a isenções, os clubes assim determinados, por sorteio puro, passam diretamente para a eliminatória seguinte;
3. Havendo lugar a repescagens de eliminatórias anteriores estas, serão determinadas através de sorteio puro;
4. Na primeira eliminatória as equipas sorteadas jogam entre si a uma mão;
5. Nas ½ finais as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante;
6. A Final será disputada pelos dois clubes apurados da ½ final, numa só mão, em campo neutro (relvado natural ou sintético). A organização é da AF Castelo Branco, que designa o local onde o jogo se realiza;
7. **CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESPECÍFICOS:** Nos jogos dos ¼ de final, das ½ finais e final, em caso de empate no final da eliminatória, a determinação do clube vencedor será efetuada pela seguinte aplicação sucessiva dos seguintes pontos:
 - a) Maior número de pontos alcançados na eliminatória;
 - b) Maior diferença entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos na eliminatória;
 - c) Se no final da eliminatória se verificar uma igualdade nos critérios anteriores apurar-se-á o vencedor através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;
 - d) Se no final do tempo regulamentar do jogo da final o empate subsistir, apurar-se-á o vencedor imediatamente através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;
8. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;
9. **PRÉMIOS:** Ao clube vencedor da Taça Distrital “Luciano D’Almeida”, será atribuída uma taça, entregue no jogo da final da prova.

Artigo 82.º Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Juvenis

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Estas provas serão disputadas por pontos, são interdependentes (na medida em que os quadros do Campeonato Distrital de 1ª Divisão e 2ª Divisão serão definidos a partir da classificação do Torneio de



Apuramento), e nela participarão 12 Clubes. No Torneio de Apuramento os Clubes participantes jogarão entre si, em formato de todos contra todos a uma volta. Para o Campeonato Distrital - 1ª Divisão ficam apurados os Clubes classificados do 1º ao 6º lugar do Torneio de Apuramento, jogando todos contra todos a duas voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube). O Campeonato Distrital - 2ª Divisão será constituído pelos Clubes classificados do 7º ao 12º lugar do Torneio de Apuramento, jogando todos contra todos a duas voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube). Aquando é ímpar o número de participantes, a divisão que integra mais equipas é a 1ª Divisão. Todos os clubes iniciam a 2ª fase com 0 (zero) pontos;

2. O Clube classificado em 1º lugar do Campeonato Distrital - 1ª Divisão é designado vencedor do Campeonato Distrital - 1ª Divisão;

a) O Clube classificado em 1º lugar do Campeonato Distrital – 2ª Divisão é designado vencedor do Campeonato Distrital - 2ª Divisão;

b) O Clube classificado em 1º lugar do Torneio de Apuramento é designado vencedor do Torneio de Apuramento;

c) O vencedor do Campeonato Distrital - 1ª Divisão participará no Campeonato Nacional de Juvenis II Divisão, na época desportiva 2022 / 2023;

3. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

4. **PRÉMIOS:** Aos clubes vencedores do Torneio de Apuramento e do Campeonato Distrital - 1ª e 2ª Divisões de Juvenis serão atribuídas taças, entregues durante a XIII Gala do Futebol Distrital.

Artigo 83.º Taça Distrital AFCB de Juvenis

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Esta prova será disputada em formato de eliminatórias com os clubes inscritos no Campeonato Distrital de Juvenis, e nela participarão 12 Clubes;

2. Havendo lugar a isenções, os clubes assim determinados, por sorteio puro, passam diretamente para a eliminatória seguinte;

3. Havendo lugar a repescagens de eliminatórias anteriores, estas serão determinadas através de sorteio puro;

4. Na primeira eliminatória as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante;

5. Na segunda eliminatória as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante;

6. Nas ½ finais as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante;



7. A Final será disputada pelos dois clubes apurados da ½ final, numa só mão, em campo neutro (relvado natural ou sintético). A organização é da AF Castelo Branco, que designa o local onde o jogo se realiza;

8. **CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESPECÍFICOS:** Nos jogos da primeira eliminatória, dos ¼ de final, das ½ finais e final, em caso de empate no final da eliminatória, a determinação do clube vencedor será efetuada pela seguinte aplicação sucessiva dos seguintes pontos:

- a) Maior número de pontos alcançados na eliminatória;
- b) Maior diferença entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos na eliminatória;
- c) Se no final da eliminatória se verificar uma igualdade nos critérios anteriores apurar-se-á o vencedor através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;
- d) Se no final do tempo regulamentar do jogo da final o empate subsistir, apurar-se-á o vencedor imediatamente através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;

9. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

10. **PRÉMIOS:** Ao clube vencedor da Taça Distrital AFCB de Juvenis será atribuída uma taça, entregue no jogo da final da prova.

Artigo 84.º Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Iniciados

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Estas provas serão disputadas por pontos, são interdependentes (na medida em que os quadros do Campeonato Distrital de 1ª Divisão e 2ª Divisão serão definidos a partir da classificação do Torneio de Apuramento), e nela participarão 10 Clubes. No Torneio de Apuramento os Clubes participantes jogarão entre si, em formato de todos contra todos a uma volta. Para o Campeonato Distrital - 1ª Divisão ficam apurados os Clubes classificados do 1º ao 5º lugar do Torneio de Apuramento, jogando todos contra todos a duas voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube). O Campeonato Distrital - 2ª Divisão será constituído pelos Clubes classificados do 6º ao 10º lugar do Torneio de Apuramento, jogando todos contra todos a duas voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube). Aquando é ímpar o número de participantes, a divisão que integra mais equipas é a 1ª Divisão. Todos os clubes iniciam a 2ª fase com 0 (zero) pontos;

2. O Clube classificado em 1º lugar do Campeonato Distrital - 1ª Divisão é designado vencedor do Campeonato Distrital - 1ª Divisão;

- a) O Clube classificado em 1º lugar do Campeonato Distrital - 2ª Divisão é designado vencedor do Campeonato Distrital - 2ª Divisão;



b) O Clube classificado em 1º lugar do Torneio de Apuramento é designado vencedor do Torneio de Apuramento;

c) O vencedor do Campeonato Distrital - 1ª Divisão participará no Campeonato Nacional de Iniciados II Divisão, na época desportiva 2022 / 2023;

3. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

4. **PRÉMIOS:** Aos clubes vencedores do Torneio de Apuramento e do Campeonato Distrital - 1ª e 2ª Divisões de Iniciados serão atribuídas taças, entregues durante a XIII Gala do Futebol Distrital.

Artigo 85.º Taça Distrital AFCB de Iniciados

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Esta prova será disputada em formato de eliminatórias com os clubes inscritos no Campeonato Distrital de Iniciados, e nela participarão 10 Clubes;

2. Havendo lugar a isenções, os clubes assim determinados, por sorteio puro, passam diretamente para a eliminatória seguinte;

3. Havendo lugar a repescagens de eliminatórias anteriores, estas serão determinadas através de sorteio puro;

4. Na primeira eliminatória as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante.

5. Na segunda eliminatória as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante.

6. Nas ½ finais as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante;

7. A Final será disputada pelos dois clubes apurados da ½ final, numa só mão, em campo neutro (relvado natural ou sintético). A organização é da AF Castelo Branco, que designa o local onde o jogo se realiza;

8. **CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESPECÍFICOS:** Nos jogos da primeira eliminatória, dos ¼ de final, das ½ finais e final, em caso de empate no final da eliminatória, a determinação do clube vencedor será efetuada pela seguinte aplicação sucessiva dos seguintes pontos:

a) Maior número de pontos alcançados na eliminatória;

b) Maior diferença entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos na eliminatória;

c) Se no final da eliminatória se verificar uma igualdade nos critérios anteriores apurar-se-á o vencedor através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;



d) Se no final do tempo regulamentar do jogo da final o empate subsistir, apurar-se-á o vencedor imediatamente através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;

9. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

10. **PRÉMIOS:** Ao clube vencedor da Taça Distrital AFCB de Iniciados será atribuída uma taça, entregue no jogo da final da prova.

Artigo 86.º Torneio de Abertura e Torneio de Encerramento de Infantis Futebol 9

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Estas provas, independentes, serão disputadas por pontos, todos contra todos a duas (2) voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube);

2. O Clube classificado em 1º lugar no final de todas as jornadas, quer de uma, quer de outra prova, é considerado vencedor das mesmas;

3. **ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA:** Os jogos destas Provas são realizados com entradas livres;

4. **PRÉMIOS:** Ao(s) clube(s) vencedor(es) do Torneio de Abertura e do Torneio de Encerramento de Infantis Futebol 9 será atribuída uma taça, entregue durante a XIII Gala do Futebol Distrital.

Artigo 87.º Taça Distrital AFCB de Infantis Futebol 9

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** Esta prova será disputada em formato de eliminatórias com os clubes inscritos no Campeonato Distrital de Infantis – Futebol 9, e nela participarão 7 Clubes;

2. Havendo lugar a isenções, os clubes assim determinados, por sorteio puro, passam diretamente para a eliminatória seguinte;

3. Havendo lugar a repescagens de eliminatórias anteriores, estas serão determinadas através de sorteio puro;

4. Na primeira eliminatória as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante.

5. Nas ½ finais as equipas sorteadas jogam entre si a duas mãos, um jogo no respetivo campo e outro na qualidade de visitante;

6. A Final será disputada pelos dois clubes apurados da ½ final, numa só mão, em campo neutro (relvado natural ou sintético). A organização é da AF Castelo Branco, que designa o local onde o jogo se realiza;

7. **CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESPECÍFICOS:** Nos jogos da primeira eliminatória, dos ¼ de final, das ½ finais e final, em caso de empate no final da eliminatória, a



determinação do clube vencedor será efetuada pela seguinte aplicação sucessiva dos seguintes pontos:

- a) Maior número de pontos alcançados na eliminatória;
- b) Maior diferença entre o número de golos marcados e o número de golos sofridos na eliminatória;
- c) Se no final da eliminatória se verificar uma igualdade nos critérios anteriores apurar-se-á o vencedor através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;
- d) Se no final do tempo regulamentar do jogo da final o empate subsistir, apurar-se-á o vencedor imediatamente através de pontapés da marca de grande penalidade, segundo as disposições das Leis de Jogo;

8. ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA: Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

9. PRÉMIOS: Ao clube vencedor da Taça Distrital AFCB de Infantis - Futebol de 9 será atribuída uma taça, entregue no jogo da final da prova.

Artigo 88.º Torneio de Apuramento e Campeonato Distrital de Infantis Futebol 7

1. ORGANIZAÇÃO TÉCNICA: Estas provas serão disputadas por pontos, são interdependentes (na medida em que os quadros do Campeonato Distrital de 1ª Divisão e 2ª Divisão serão definidos a partir da classificação do Torneio de Apuramento), e nela participarão 13 Clubes. No Torneio de Apuramento os Clubes participantes jogarão entre si, em formato de todos contra todos a uma volta. Para o Campeonato Distrital - 1ª Divisão ficam apurados os Clubes classificados do 1º ao 7º lugar do Torneio de Apuramento, jogando todos contra todos a duas voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube). O Campeonato Distrital - 2ª Divisão será constituído pelos Clubes classificados do 8º ao 13º lugar do Torneio de Apuramento, jogando todos contra todos a duas voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube). Aquando é ímpar o número de participantes, a divisão que integra mais equipas é a 1ª Divisão. Todos os clubes iniciam a 2ª fase com 0 (zero) pontos;

2. O Clube classificado em 1º lugar do Campeonato Distrital - 1ª Divisão é designado vencedor do Campeonato Distrital - 1ª Divisão;

a) O Clube classificado em 1º lugar do Campeonato Distrital – 2ª Divisão é designado vencedor do Campeonato Distrital – 2ª Divisão;

b) O Clube classificado em 1º lugar do Torneio de Apuramento é designado vencedor do Torneio de Apuramento;

3. ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA: Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;



4. **PRÉMIOS:** Aos clubes vencedores do Torneio de Apuramento e do Campeonato Distrital - 1ª e 2ª Divisões de Infantis - Futebol de 7 serão atribuídas taças, entregues durante a XIII Gala do Futebol Distrital.

Artigo 89.º Taças Pedagógicas de Benjamins Futebol 7

1. **ORGANIZAÇÃO TÉCNICA:** No que diz respeito a este escalão serão realizadas duas provas distintas, organizadas por ano de nascimento: Taça Pedagógica de Benjamins “A” - em que podem participar jogadores dos 2 anos do escalão; Taça Pedagógica de Benjamins “B” - em que podem participar, no limite superior, jogadores de 1º ano do escalão. A primeira prova mencionada - Taça Pedagógica de Benjamins “A” - será disputada por pontos e na 1ª fase os clubes serão agrupados em séries, de acordo com critério geográfico e em número que a AF Castelo Branco defina, jogando entre si a uma volta. Na 2ª fase desta prova ficam apurados para a Série de A os Clubes classificados do 1º ao 3º lugar de ambas as séries, mais o 4º melhor classificado entre ambas as séries, jogando todos contra todos a duas (2) voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube). A Série B será constituída pelos Clubes classificados do 4º ao 6º lugar de ambas as séries, à exceção do 4º melhor classificado entre ambas as séries, jogando todos contra todos a duas (2) voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube). Todos os clubes iniciam a 2ª fase com 0 (zero) pontos;

2. O Clube classificado em 1º lugar da série A é designado vencedor da Taça Pedagógica de Benjamins “A”;

3. O Clube classificado em 1º lugar da série B é designado vencedor da respetiva série;

4. Na Taça Pedagógica de Benjamins “B” jogam todos contra todos a duas (2) voltas (um jogo enquanto Visitados + um jogo enquanto Visitantes contra o mesmo clube);

5. O Clube classificado em 1º lugar é designado vencedor da Taça Pedagógica de Benjamins “B”;

6. **CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESPECÍFICOS:** A classificação pedagógica tem como objetivo classificar as equipas de acordo com o mérito desportivo, mas também com o grau de cumprimento das diferentes normas previstas neste Regulamento. Para efeitos de classificação, serão pontuados, por jogo, os seguintes critérios:

Critérios Desportivos	Vitória	Empate	Derrota
Resultado Desportivo	25 pontos	15 pontos	5 pontos
Critérios Técnicos	Presente		Ausente
Treinador(a) Estagiário(a)/UEFA “C” (no mínimo)	+ 5 pontos		- 5 pontos



Delegado(a) jogo	+ 5 pontos	- 5 pontos
Enfermeiro/Fisioterapeuta/Massagista	+ 10 pontos	- 10 pontos
Jovens Árbitros (pelo menos 1)	+ 5 pontos	- 5 pontos
Todos os jogadores jogaram 1 período de 20 minutos	+ 5 pontos	- 5 pontos
Crítérios Disciplinares	Presente	Falta
Fair-Play equipa	-	- 10 pontos
Fair-Play Banco Suplentes	-	- 10 pontos
Fair-Play Público	-	- 35 pontos
Cartão Branco	+ 10 pontos	-

7. A classificação geral dos Clubes que no final das fases, a disputar por pontos, se encontrarem com igual número de pontos depende, para efeito de desempate, das seguintes disposições e respetiva ordem de preferência:

- O maior número de cartões brancos recebidos;
- O menor número de pontos deduzidos nos critérios disciplinares;
- O maior número de pontos obtidos por vitórias;

8. ESPECIFICAÇÕES REGULAMENTARES:

- A responsabilidade pela avaliação do cumprimento das presentes Especificações Regulamentares é da AFCB, após receção e análise das fichas técnicas de jogo;
- Não será considerado golo se a bola entrar em qualquer das balizas diretamente a partir de início ou reinício de jogo a meio-campo. A introdução da bola na baliza na sequência destas ações revertida numa posse de bola ao guarda-redes da equipa adversária;
- O Guarda-Redes não pode repor a bola com o pé, a partir das mãos, diretamente pelo ar para o meio-campo contrário. Quando tal se verificar será dada a posse de bola ao adversário através de um lançamento de linha lateral, no meio-campo;
- No pontapé de baliza, marcado pelo Guarda-Redes ou por qualquer outro jogador, não é permitido colocar a bola diretamente pelo ar para o meio-campo contrário. Quando tal se verificar será dada a posse de bola ao adversário através de um lançamento de linha lateral, no meio-campo;



e) No pontapé de baliza, a equipa que dele não beneficia é obrigada a colocar pelo menos três (3) dos seus jogadores de campo (mais o Guarda-Redes) atrás da linha de meio-campo, só podendo invadir o seu meio-campo ofensivo após o pontapé de baliza ter sido cobrado. Quando tal não se verifique o pontapé de baliza deve ser repetido, devendo-se assegurar que o mesmo só é executado após o estrito cumprimento desta regra;

f) Sempre que o resultado de um determinado jogo estiver com diferença igual ou superior a três (3) golos, a equipa em desvantagem pode optar por acrescentar um jogador aos seus jogadores de campo (passando a jogar-se em 8x7). Após diminuída a diferença até ao limite estabelecido, é obrigatório voltar a jogar-se em 7x7;

g) No decorrer destas provas, com intuito de manter a competitividade e o espírito pretendido, não terá lugar a amostragem de cartões (à exceção do cartão branco), no entanto, perante comportamentos considerados pelo árbitro como sendo desviantes, este elemento poderá indicar a substituição temporária (de 10 minutos, em caso de suposta advertência) ou permanente (em caso de suposta expulsão) de qualquer jogador, sem prejuízo de todas as outras disposições disciplinares, para todos os agentes envolvidos no jogo, que possam decorrer das ações reportadas pela arbitragem;

h) No caso de existir uma ação disciplinar em relação a algum dos critérios definidos neste Regulamento (Fair-Play da equipa, do banco de suplentes ou do público), o elemento de arbitragem presente dará conhecimento da mesma, no momento de verificação, ao delegado de jogo da equipa sancionada;

i) São considerados motivos de ação disciplinar, em qualquer dos critérios, todos os comportamentos não condizentes com os valores associados ao Fair-Play, nomeadamente: o Respeito (por si, pelos outros, pelos espaços), a Tolerância e a Entreajuda;

j) São considerados motivos de amostragem do Cartão Branco todos os comportamentos excecionalmente positivos demonstrados por qualquer dos intervenientes na ficha técnica de jogo, e alinhados com os valores referidos no número anterior;

9. ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA: Os jogos desta Prova são realizados com entradas livres;

10. PRÉMIOS: Aos clubes vencedores das Taças Pedagógicas – Futebol de 7 será atribuída uma taça, entregue durante a XIII Gala do Futebol Distrital.



ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE CASTELO BRANCO

FUNDADA EM 22 DE MARÇO DE 1936 | FILIADA NA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

AFCB - REGULAMENTO

Castelo Branco, 30 de setembro de 2021

A Direção AF Castelo Branco